

AS CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS DO BREXIT PARA A ECONOMIA E AS EMPRESAS PORTUGUESAS

31 de outubro de 2018

Intervenção de encerramento

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Senhores Embaixadores,

Caros oradores,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Obrigado, antes de mais, pela vossa presença na apresentação deste estudo.

O que aqui nos traz é a necessidade de nos prepararmos para um processo que sabemos ter consequências económicas negativas para todos.

Um processo decorrente de uma decisão soberana de um país que nos é próximo. Foi uma decisão que nos surpreendeu, que

lamentamos, mas que não deixa de ser uma decisão legítima, que temos de aceitar e respeitar.

Este processo tem sido caracterizado por uma grande incerteza, que decorre, desde logo, do seu carácter inédito – o terreno que pisamos é desconhecido.

Mas esta incerteza é ainda maior porque não conhecemos o enquadramento que será (ou não) acordado, tanto em termos imediatos, já a partir de 29 de março do próximo ano, como num futuro um pouco mais distante, marcado por um novo tipo de acordo, cujos contornos concretos estão ainda, amplamente, em aberto.

É este clima de incerteza que continua a pesar sobre as empresas que mantêm atualmente relações com o Reino Unido, diretamente ou de forma indireta, através da participação em cadeias de valor globais.

As empresas estão habituadas a lidar com a incerteza. Mas é precisamente frente a crises e incertezas que planear se torna ainda mais importante.

Da União Europeia, temos recebido a mensagem, dirigida a todas as partes envolvidas, para que intensifiquemos os nossos trabalhos de preparação, a todos os níveis e antecipando todos os possíveis resultados.

Foi por isso que decidimos, na CIP, promover o estudo que aqui foi apresentado, com o objetivo de fundamentar a nossa intervenção e a nossa ação.

Um estudo que, como aqui tivemos ocasião de escutar, traça cenários, avalia impactos, identifica e gradua riscos para os diferentes setores e regiões. Um estudo que deteta, também, potenciais oportunidades.

Dele resulta a confirmação de que os efeitos do Brexit para a economia e as empresas podem ser muito significativos. Retenho aqui a conclusão de reduções potenciais das exportações globais

para o Reino Unido entre cerca de 15% e 26%, consoante os cenários considerados. Grosso modo, o impacto negativo do Brexit na economia elevar-se-ia, assim, a valores entre 0,5% e 1% do PIB. Um impacto que, como o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros teve já oportunidade de referir, deve ser mitigado e deve ser corrigido.

As recomendações que o estudo nos sugere vêm precisamente nesse sentido.

Em primeiro lugar, um esforço pró-ativo de valorização do Reino Unido como parceiro económico de Portugal. De facto, esse esforço permitirá tornar mais resilientes as trocas comerciais bilaterais. Permitirá também explorar a oportunidade de empresas portuguesas substituírem fluxos atualmente provenientes de outros países europeus e afirmar Portugal enquanto destino de investimento de empresas britânicas.

Esta recomendação é particularmente válida na esfera da diplomacia, em especial da diplomacia económica. O Brexit exigirá

mais diplomacia, por forma a valorizar e reforçar o trunfo da imagem e visibilidade de que o nosso país desfruta no Reino Unido.

A segunda recomendação vem na mesma direção: a adoção de práticas, empresariais e regulatórias, que propiciem uma maior confiança na iniciativa empresarial, facilitarão o relacionamento com o mercado britânico e tornarão Portugal num destino mais atrativo para o investimento.

Destacaria também a recomendação de uma maior diversificação das nossas exportações, na linha, aliás do que a CIP tem defendido, independentemente do Brexit.

De facto, a importância de preservar, tanto quanto possível, a intensidade do nosso relacionamento com o mercado britânico não é contraditória com a procura de uma maior diversificação geográfica, tanto para reduzir dependências como para aproveitar as oportunidades que existem em mercados onde a nossa presença é ainda reduzida.

Muito relevante é, também, a recomendação para que as ações a organizar e empreender sejam suficientemente detalhadas e concretas, em termos de regiões e atividades económicas, de acordo com as especificidades na forma como sofrerão o impacto do Brexit.

Este é um desafio exigente para CIP e para a sua rede associativa. Requer também um esforço acrescido na articulação eficaz das entidades públicas, no seu papel facilitador e de coordenação, com as associações empresariais, no desenvolvimento das suas estratégias e ações.

Senhor Ministro,

Minhas senhoras e meus senhores,

Para além do impacto do Brexit, enfrentamos ainda outros riscos de deterioração do enquadramento externo favorável de que economia portuguesa tem beneficiado.

- No quadro das atuais tendências protecionistas, e em particular da guerra comercial desencadeada pelos EUA, há perspectivas de um abrandamento da atividade e do comércio mundiais.
- O fim do programa de estímulos monetários extraordinários do Banco Central Europeu, tornará menos favoráveis as condições monetárias e financeiras que contribuíram para o recente dinamismo económico.
- Abriu-se uma crise entre a Comissão Europeia e o Governo italiano em torno do Orçamento do Estado, com consequências imprevisíveis.

Tudo isto me leva a crer que as atuais dinâmicas do comércio e fluxos de investimento internacionais vão penalizar mais quem é menos competitivo.

Não só o Brexit, mas toda a envolvente internacional, justificaria que a política económica (e em particular a política orçamental)

fosse orientada para a criação de condições propícias a uma maior competitividade, assente na produtividade das empresas.

Esperávamos que, do repto lançado ao Governo, fosse retido, no mínimo, o compromisso de não agravamento da tributação que sobre elas recai, bem como algum sinal consistente de um início de reorientação dos estímulos orçamentais para a competitividade das empresas e a atratividade da economia.

A Proposta de OE para 2019 não refletiu, sequer, esta expectativa.

Não esperávamos muito. Mas esperávamos melhor. Continuaremos a pugnar por melhor.

Senhor Ministro,

Este estudo vem preencher uma lacuna. Era importante dispormos de uma análise aprofundada para podermos fundamentar a nossa resposta ao desafio do Brexit. Não bastava basearmo-nos em meras impressões ou na extrapolação para Portugal de conclusões de estudos alheios.

A CIP tomou a iniciativa de o promover. Fomos exigentes com a equipa que o realizou, tanto nos objetivos que traçamos como no acompanhamento do próprio estudo.

Presto aqui o meu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Ernst & Young – Augusto Mateus & Associados. Obrigado, Senhor Professor, obrigado a toda a equipa.

Confirmamos a nossa posição na defesa da preservação de um relacionamento próximo e dinâmico entre as nossas economias, enquadrado por um acordo ambicioso que procure evitar, tanto quanto possível, barreiras, sejam elas alfandegárias ou regulatórias. Um acordo que salvguarde, também, o mercado único europeu, na sua integridade, bem como a reciprocidade e a manutenção de condições leais de concorrência entre as nossas economias.

Estamos, agora, todos, CIP, associações, empresas, mas também o Governo e as entidades públicas, mais capacitados para cumprir a nossa missão.

Estamos, agora, mais preparados para a resposta das empresas aos desafios do Brexit, quer em termos de minimização de riscos como de aproveitamento de oportunidades. Mas precisamos, igualmente, que o Governo desenvolva e implemente uma estratégia em termos de políticas públicas, com o mesmo objetivo. Precisamos, ainda, que as entidades públicas se preparem para as novas exigências que terão de enfrentar (nomeadamente num cenário mais negativo) e para mitigar os efeitos sobre as empresas.

A este propósito, gostaria de felicitar aqui, publicamente, a AICEP pelo seu trabalho de informação e apoio às empresas, em sintonia e cooperação com a Direção Geral das Atividades Económicas, com a Autoridade Tributária e com a CIP e diversas associações empresariais. Temos testemunhado esta colaboração nas várias sessões dirigidas às empresas onde participámos.

Mantemo-nos disponíveis, obviamente, para continuar a colaborar com o Governo, neste desafio que partilhamos.

Permita-me, senhor Ministro, que as minhas palavras finais sejam dirigidas ao esforço diplomático que recai nas próximas semanas sobre o Governo português.

É absolutamente essencial chegar a um acordo de saída, a tempo de permitir a sua ratificação na União Europeia e no Reino Unido.

E é fundamental que esse acordo estabeleça um período transitório em que o Reino Unido se manterá na união aduaneira e no mercado único, com todos os direitos e obrigações daí decorrentes.

No entanto, até que ambas as partes acordem formalmente um texto juridicamente vinculativo, um cenário de “saída desordenada” não pode ser excluído.

É esse cenário que é absolutamente necessário rejeitar.

Nos tempos incertos que vivemos, apelamos aos negociadores de ambas as partes para colocarem a política ao serviço dos

empregos e da prosperidade, na busca das soluções que irão marcar as próximas gerações.

Foi este o apelo das confederações empresariais e sindicais europeias, incluindo as britânicas. É este, também, o apelo da CIP.

Obrigado!